



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 20 de Setembro de 2019

Vagas em graduação a distância são maioria pela 1ª vez, mostra Inep

Ensino remoto teve 7,2 milhões de vagas em 2018, contra 6,4 milhões nos presenciais, aponta censo do MEC

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

Pela primeira vez, a oferta de vagas nas graduações a distância superou a dos cursos presenciais, mostram dados do Censo da Educação Superior divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). De acordo com o levantamento, em 2018 havia 7,2 milhões de vagas nos cursos a distância, contra 6,4 milhões nos presenciais. Um ano antes, essa comparação era de 4,7 milhões e 6 milhões, respectivamente.

O dado é mais um que evidencia o predomínio do ensino a distância (EaD) na expansão das universidades pelo Brasil, sobretudo nos últimos dois anos.

No fim de 2017, o Ministério da Educação (MEC), ainda sob a gestão de Michel Temer, flexibilizou a criação dos polos de EaD, isto é, a estrutura física das instituições que oferecem esse tipo de curso, pelas universidades privadas. Antes, a regra previa visitas prévias do governo às unidades educacionais. Agora, basta que elas cumpram determinados parâmetros de

qualidade.

Os dados do Inep também mostram que o número de cursos EaD aumentou 50,7%, para 3.177, entre 2017 e 2018, acima da taxa de expansão das graduações presenciais, de 45,4%, que, apesar do avanço mais lento, ainda dominam a oferta, com 34,7 mil cursos abertos no país.

Além de o crescimento do EaD ocorrer quase que exclusivamente pelo setor privado, chama a atenção a alta concentração. Das 2.537 instituições no Brasil, apenas 14% oferecem EaD, sendo que apenas 6% destas são responsáveis por 80% das matrículas do ensino a distância.

O topo da lista é onde está a maior parte das vagas. Apenas cinco universidades particulares detinham 52,3% das matrículas nessa modalidade. Entre essas instituições, duas - Pitágoras Unopar e Anhanguera - pertencem ao grupo Kroton.

No total, as matrículas - que consideram os novos alunos e aqueles que já estão no sistema - cresceram em 164 mil entre 2017 e 2018, somando 8,45 milhões. O aumento foi resultado de acréscimo de 299,5 mil nos cursos a distância e uma retração de 135,4 mil no presencial.

“Apesar do ganho de participação do EaD, em 2019 e

2020 os cursos presenciais podem apresentar melhora, embora ainda em ritmo fraco”, afirma Daniel Infante, sócio da consultoria Educa Insight. Segundo ele, o que explica esse movimento é a melhora da economia e, portanto, do poder aquisitivo da população. Essa dinâmica ocorre porque, em geral, as graduações presenciais têm mensalidades mais caras do que as do EaD.

Entre 2017 e 2018, também houve uma virada inédita nos cursos de licenciatura, que formam professores para a educação básica. Foram computados 816,8 mil alunos na modalidade a distância, contra 811,8 mil no presencial. Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior, mais de 80% dos estudantes de licenciatura de instituições públicas frequentam cursos presenciais. Na rede privada, prevalecem os cursos a distância, que possuem quase 70% dos alunos

Na comparação apenas entre os novos estudantes, os cursos presenciais ainda têm vantagem ante os EaD, contando com 2 milhões de ingressantes contra 1,3 milhão. Mas os novos alunos por EaD representam 40% do total hoje - há dez anos, o percentual era de 20%. No mesmo período, a participação do presencial entre os “calouros” caiu de 80,2% para 60,1%.

“O que preocupa é a falta de





investimento no presencial, já que trata-se da modalidade que mais absorve os jovens que acabaram de concluir o ensino médio e que compõem o cálculo da taxa de escolarização líquida”, diz Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, sindicato das instituições de ensino superior privado.

Capelato defende o fim da divisão entre as modalidades, abrindo espaço para que ambas ganhem participação. “Todas as instituições credenciadas deveriam estar aptas a oferecer as duas modalidades. Isso melhoraria a diversidade dos cursos e a motivação do jovens”, afirma.

O avanço do EaD também é visto como sinal de alerta dada a qualidade inferior desse tipo de curso, procurado geralmente por uma população mais velha que já ingressou no mercado de trabalho e

precisa de atualização ou capacitação para buscar uma remuneração maior.

O resultado mais recente do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), de 2017, mostra que, numa escala que vai de 1 a 5, 6,1% dos cursos presenciais atingiram o maior conceito. No EaD, esse percentual cai para 2,4%. O Enade é aplicado pelo Inep a estudantes, ao fim dos cursos de graduação, para avaliar conhecimentos, competências e habilidades adquiridos no curso.

Embora Fies e ProUni venham encolhendo desde o governo Michel Temer, a rede particular registrou 46,8% de matrículas com algum tipo de financiamento, maior percentual da série. A maior parte (54%) veio de outras fontes de apoio fora dos programas governamentais.

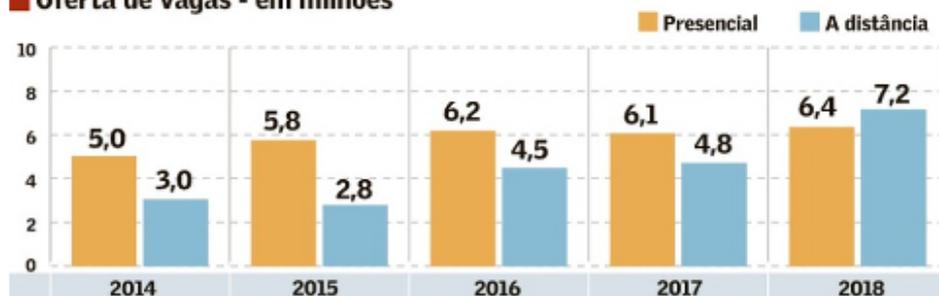




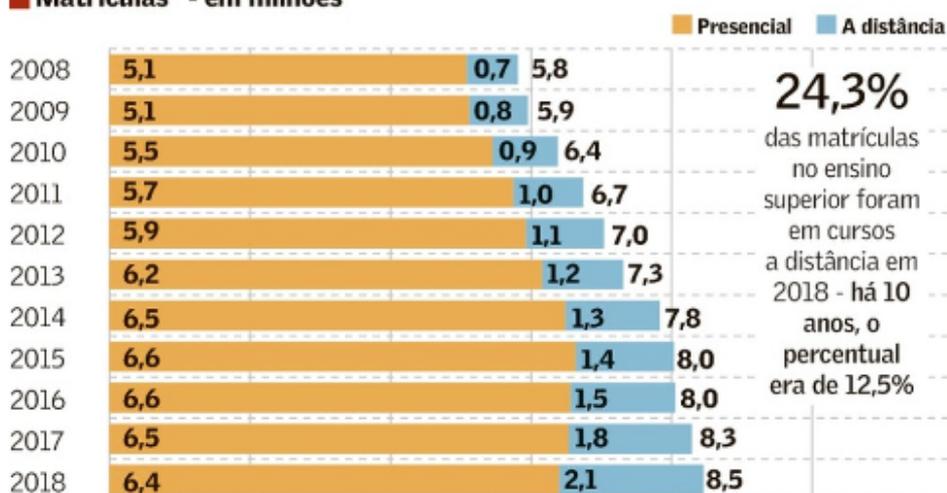
Avanço da educação a distância

Veja os números do ensino superior em 2018

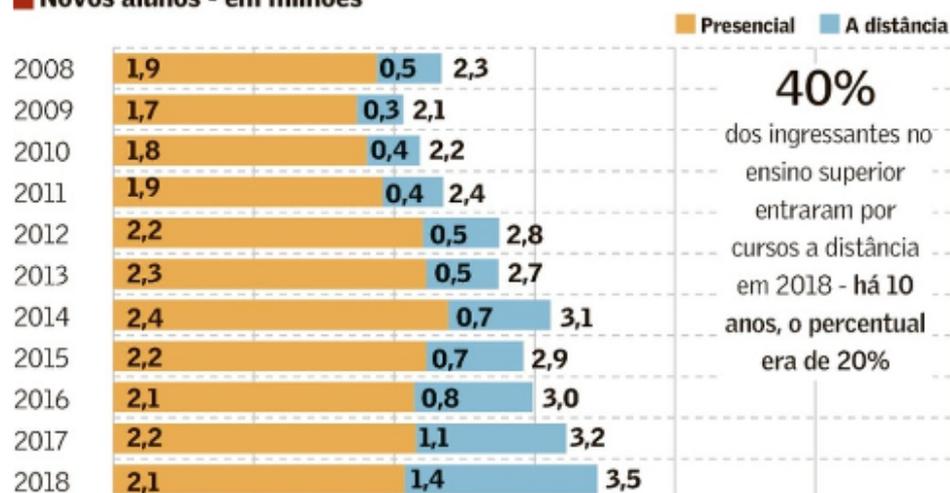
Oferta de vagas - em milhões



Matrículas* - em milhões



Novos alunos - em milhões



Fonte: Censo do Ensino Superior/Inep. *Matrículas incluem novos alunos e estudantes com a graduação em andamento

Governo deve usar PEC própria para novo Fundeb

Ministro da Educação demonstra irritação com relatora, que propôs aumento da complementação federal dos atuais 10% para 40%; acordo previa que percentual seria de 15%

Por Luísa Martins — De Brasília

O governo estuda apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) própria ao Congresso Nacional para tentar limitar o percentual máximo de 15% de complementação da União relacionada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), escalonado em cinco anos.

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) desagradou o governo ao propor anteontem, como relatora da PEC do Fundeb, um aporte de 40%, escalonado em dez anos. Hoje, esse índice é de 10%.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou entrevista coletiva para informar que a pasta é contrária ao parecer.

“A gente considera que a proposta fere o equilíbrio fiscal e não é solvente a longo prazo. Estamos abertos ao diálogo com o Parlamento, mas a proposta tem erros técnicos e o governo vai buscar outra solução”, disse.

Weintraub demonstrou insatisfação com o fato de ter conversado com Dorinha “durante meses, na esperança de construir um entendimento” com o Congresso, para depois ser “surpreendido”. “Esperávamos que fosse algo próximo do que apresentamos e não foi. Estamos retirando o nosso apoio.”

Segundo o ministro, o “diálogo tem que ser baseado em responsabilidade fiscal”. Na visão dele, o relatório da deputada “traz critérios de desequilíbrio fiscal, gera instabilidade para o desempenho econômico do Brasil e não tem fundamentação técnica”.

Weintraub alega que os 15% de aporte da União propostos pelo governo são suficientes para garantir o financiamento da educação básica. “A porcentagem da nossa proposta é baseada em valores que garantem o piso para qualquer município do Brasil, mediante critério de desempenho.”

Uma de suas críticas mais contundentes é que o parecer da parlamentar prevê que União, Estados e municípios tenham que aplicar na educação pública ao menos 75% dos royalties da exploração mineral, incluídas as de petróleo e gás natural.

“Ela traz mais impostos para dentro do Fundeb e gera mais

volatilidade nas contas públicas. A educação é uma despesa certa e previsível. Quando se introduz um critério desse, eleva a volatilidade.”

Weintraub disse que já conversou com o ministro Paulo Guedes (Economia) e que vai se reunir com o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) para “buscar uma solução”.

“Não adianta prometer vento, temos que prometer coisas concretas e factíveis”, afirmou.

Anteontem, o Planalto estimou que o impacto da aprovação da PEC com complementação de 40% seria de R\$ 855,1 bilhões em dez anos, o que praticamente anularia a economia que se pretende obter com a reforma da Previdência. A relatora do Fundeb contestou os números apresentados pelo governo.

Segundo Weintraub, o aumento de 10% para 15% “não significa um montante pequeno de recursos”. Ele afirmou que o governo está “disposto a gastar mais com educação, mas a partir de critérios técnicos, e não da maneira como foi proposto”.

O ministro só quis responder perguntas sobre o tema do Fundeb. Questionado sobre um possível descontingenciamento de recursos do MEC, afirmou que “as faculdades vão receber um alívio”, mas que somente dará os detalhes a partir de segunda-feira.

Grupo Marista investe em escola para classe média

Com mensalidade a partir de R\$ 600, Escola Champagnat terá 12 unidades até 2022

Por Beth Koike — De São Paulo

O Grupo Marista, dono de colégios em São Paulo e Brasília com mensalidades ao redor de R\$ 3 mil, está entrando no mercado de escolas voltadas para atender a classe média, com valores mensais a partir de R\$ 600.

Batizada de Escola Champagnat, a primeira unidade foi aberta na semana passada em Presidente Prudente, interior paulista. A meta é chegar em 2022 com 12 colégios da nova bandeira em cidades de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Brasília, Mato Grosso do Sul e Goiás. O Grupo Marista já tem presença nessas regiões com colégios tradicionais como, por exemplo, o Arquidiocesano, na capital paulista, ou o Marista Asa Sul, em Brasília.

O projeto de expansão envolve desde abertura de novas unidades até a conversão de escolas de outras bandeiras que já atendem a classe média. A primeira escola Champagnat, em Presidente Prudente, se enquadra neste caso e por isso já inicia as atividades com 400 alunos.

“Dos quase 50 milhões de alunos matriculados na educação básica no país, menos de 20% estudam na rede privada. Por isso, temos um grande público potencial”, disse Felipe Mazzoni, diretor de negócios do Grupo Marista.

De acordo com levantamento realizado pela EY Parthenon, consultoria especializada em educação, a expectativa é que 1 milhão de alunos dos ensinos infantil, fundamental e médio da rede pública migrem para colégios privados nos próximos cinco anos, com a retomada da economia.

De olho nesse potencial, outros importantes grupos educacionais com experiência no segmento premium estão apostando no público da classe média.

O Grupo SEB, do empresário Chaim Zaher, lançou no ano passado a Escola Luminova, com investimento de R\$ 50 milhões. A rede, que trabalha com mensalidades na casa dos R\$ 500, pretende ter daqui cinco anos 25 unidades, 35 mil alunos e faturamento anual de R\$ 200 milhões.

Outro empreendimento é a Escola Mais que planeja ter 13 unidades, em 2022, na capital paulista. O investimento estimado é

de R\$ 25 milhões proveniente, principalmente, de três investidores: os grupos educacionais Bahema e Ágathos e a gestora de recursos Mint.

Nas três iniciativas - Champagnat, Luminova e Mais - o projeto pedagógico envolve uma forte carga horária de conteúdo em inglês, trabalhos envolvendo habilidades socio-emocionais e uso de plataformas tecnológicas educacionais.

Na escola Champagnat, o material didático será o sistema de ensino FTD, tradicional editora de livros didáticos que também pertence aos maristas. No Brasil, a ordem religiosa possui três unidades administrativas, sendo que a maior delas é o Grupo Marista. Estão sob sua responsabilidade 20 escolas e duas instituições de ensino superior (PUC-PR e Católica de Santa Catarina), além de hospitais e rádios.

As três unidades da ordem religiosa marista têm juntas 89 mil alunos matriculados em suas escolas de educação básica e 60 mil estudantes em suas instituições de ensino superior. A receita combinada foi de cerca de R\$ 2,5 bilhões em 2017.





Sala de aula

Os negócios dos maristas em educação no Brasil

■ A ordem religiosa no Brasil

Início das atividades

1897

Unidades administrativas

Grupo Marista (antiga Província Marista Brasil Centro-Sul); Província Marista Brasil Centro-Norte, Província Marista do Rio Grande do Sul e o Distrito da Amazônia

Receitas com educação básica em 2017

R\$ 1,2 bilhão

Receitas com ensino superior em 2017

R\$ 1,3 bilhão

■ Total de alunos - em mil



Fonte: União Marista do Brasil

■ Grupo Marista

Áreas de atuação

Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiânia e Distrito Federal

Colégios

20, incluindo o Arquidiocesano (São Paulo), o Paranaense (PR) e o Maristão (DF)

Ensino superior

PUC-PR e Católica de Santa Catarina

Ensino técnico

TECPUC

Editoras

FTD e Champagnat

Total de alunos

26 mil

APRENDIZADO REMOTO

Vagas no ensino superior à distância ultrapassam, pela primeira vez, as presenciais

PAULA FERREIRA E RENATA MARIZ
sociedade@oglobo.com.br
RIO DE BRASÍLIA

Pela primeira vez, a oferta de vagas nos cursos de graduação à distância (EAD) ultrapassa o número de vagas disponibilizadas pelo ensino presencial, segundo dados do Censo da Educação Superior.

De acordo com o levantamento, divulgado ontem pelo Ministério da Educação (MEC), em 2018 houve 7,1 milhões de vagas à distância e 6,3 milhões em cursos presenciais. Apesar do grande número de vagas disponíveis, a quantidade efetivamente ocupada é pequena.

O número de cursos de educação à distância no país cresceu 50% em apenas um ano, passando de 2.018 para 3.177.

Do total de vagas do ensino superior, a maior parte é oferecida por universidades privadas: cerca de 12 milhões, e 835 mil por instituições públicas. No que diz respeito ao número de vagas na EAD, a tendência se repete, com cerca de 7 milhões de vagas no setor privado e 113,1 mil no público.

Os dados evidenciam ainda o domínio de alguns grupos educacionais privados no ensino superior à distância. Segundo o

Censo, apenas cinco instituições particulares concentram mais de 50% dos alunos que cursam EAD. O ingresso nessa modalidade também cresceu consideravelmente, passando de 1.073.497 para 1.373.321. A taxa de ingresso no presencial faz o caminho oposto, caindo de 2.152.752 para 2.072.614.

FONTE DE RECURSOS

Após a desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2015, e o impacto nas matrículas presenciais, a educação à distância se tornou uma fonte de recursos importante para os grupos privados.

— É um desafio importante para instituições manter o equilíbrio econômico, já que o preço médio das mensalidades da EAD é menor que do ensino presencial — afirma o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Celso Niskier, acrescentando que o modelo do ensino superior deve ser cada vez mais híbrido: — Acredito que estamos estamos caminhando para uma educação como combinação de presencial e EAD.

Um decreto assinado pelo presidente Michel Temer em 2017 flexibilizou os parâmetros para a educação à distância no ensino superior. A norma afrouxou os critérios para abertura de novos polos. Antes, era necessária uma visita in loco de técnicos do MEC

para permitir a inauguração — a partir do decreto, bastava atender aos indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão.

Embora o número de vagas ocupadas seja pequeno, o crescimento na oferta de vagas e cursos evidencia o protagonismo que a educação à distância tem obtido no sistema educacional superior do país. Os cursos de graduação à distância devem ter atividades presenciais. É o caso de avaliações, estágios, atividades que demandem atuação em laboratório científico e a defesa do trabalho de conclusão de curso. Recentemente, além dos cursos de graduação, a Capes permitiu pela primeira vez cursos de pós-graduação strictu sensu à distância.

Na opinião do especialista em EAD João Vianney, além da flexibilização da norma para construção de novos polos, a crise econômica e as características da sociedade atual explicam o aumento explosivo na oferta da modalidade:

— Os cursos de EAD são em média 70% mais baratos que os da educação presencial, num país com economia estagnada, e a opção da população é pela mensalidade mais barata. Além disso, a EAD leva o acesso a uma ampla gama de cursos em cidades pequenas e médias.

Professora da USP, Elba Barreto pondera que a expansão desenfreada da educação à distância, sobretudo em carreiras que formam professores, é preocupante, uma vez





que grande parte dos cursos não oferece estrutura que viabilize a qualificação adequada.

No caso dos cursos de licenciatura, que habilitam o estudante a ser professor da educação básica, o número desses graduandos na modalidade não presencial se tornou maioria no país: 50,2% dos matriculados nas licenciaturas fazem a formação à distância.

—É um ensino superior que se expandiu e é caracterizado como um ensino de massa, que atende a grande proporção de alunos a muito baixo custo, com improvisado em termos da produção de material, polos com atendimento precário. Para formação na docência, é muito importante botar o pé na escola. Há uma carga horária de estágio muito grande para essas carreiras, e a inserção desses cursos à distância com as redes de ensino regulares é muito mais precarizada —analisa Elba Barreto.

QUALIDADE PREOCUPA

A situação ganha contornos alarmantes quando analisada a diferença entre os resultados alcançados por alunos da educação presencial em comparação com os que fazem a modalidade à distância. Uma avaliação feita pelo consultor da Hoper Educação Adriano Coelho, com base nas notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mostra que 62% dos estudantes de pedagogia à distância foram “reprovados” na prova, ou seja, tiraram conceito 1 ou 2. Na educação presencial, o percentual cai para 29%.

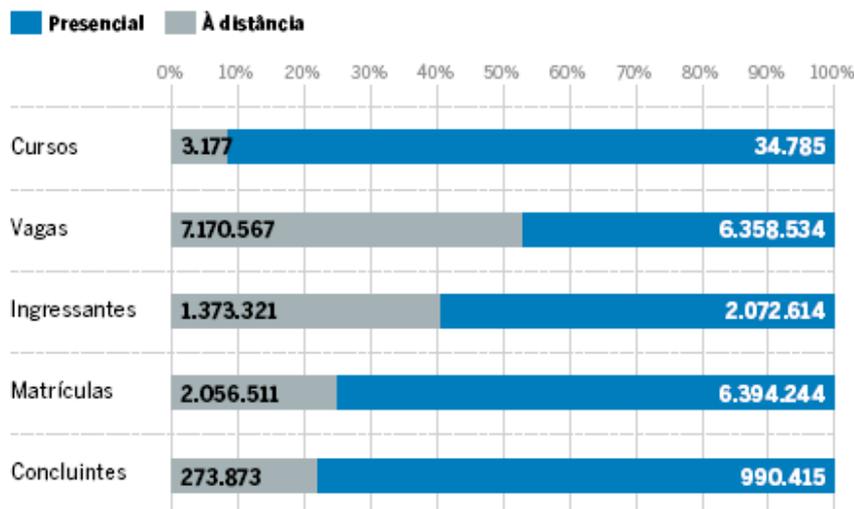
—Essa expansão em larga escala e sem o devido cuidado oferece riscos bastantes sérios pela frente. A próxima geração de profissionais que teremos são as pessoas que estamos formando agora. Noca sodas licenciatura sé ainda pior, porque são eles quem vão formar os outros profissionais. Temos casos de EAD muito interessantes no país, ilhas de excelência que estão conseguindo conceito E nade 4 e 5, mas não é uma tendência geral.





OS DADOS DO GOVERNO

Estadísticas do ensino superior em 2018

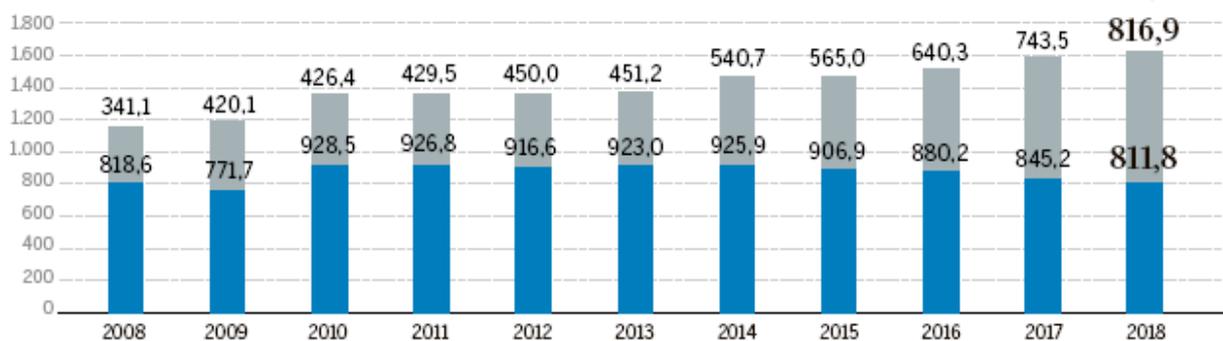


Número de matrículas em cursos de graduação EM 2018

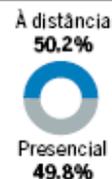


Número de matrículas, em cursos de graduação em licenciatura, por modalidade de ensino EM MILHARES

Presencial À distância



Pela primeira vez, nos cursos de licenciatura, o número de alunos que frequentam modalidade à distância foi maior do que o dos cursos presenciais.



Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior

Editoria de Arte

MEC retira apoio à proposta da Câmara para o Fundeb

Weintraub afirma que aumento de complementação da União para 40% é inviável e que o governo estuda elaborar novo projeto

BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou uma entrevista coletiva ontem para dizer que o governo é contra a posição da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb, que propôs o aumento da complementação da União no fundo da educação básica.

Hoje, o governo federal aporta 10% do montante recolhido pelo Fundeb de impostos estaduais e municipais. A deputada propõe uma elevação dessa cota para 40%, escalonados em dez anos. O governo estuda mandar um projeto próprio para o Congresso.

Segundo Weintraub, a proposta de Dorinha Seabra não atende aos critérios fiscais necessários ao Brasil e peca por problemas “técnicos”. O ministro reclamou, por exemplo, que a deputada incluiu royalties do petróleo na verba vinculada à Educação, o que pode quebrar a previsibilidade de quanto a União

terá que desembolsar para fazer a complementação do fundo.

— Quando introduz critérios como esse, aumenta a volatilidade (dos repasses). Foi uma surpresa (a proposta de Dorinha). Estamos retirando completamente o apoio ao projeto — disse Weintraub.

O ministro afirmou que tem se reunido com os titulares da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para traçar estratégias. Ele não descartou a elaboração de um projeto próprio do governo. Afirmou que trabalha em parceria com a equipe econômica e agradeceu publicamente a Guedes. Nos bastidores, porém, a cúpula do Ministério da Economia avalia que houve leniência do MEC em ser surpreendido com a proposta, conforme mostrou o GLOBO.

Weintraub disse que a proposta de aumentar a complementação em até 15%, em cinco anos, feita pelo MEC à comissão especial da Câmara que analisa a matéria, continua de pé. Segundo ele, os cálculos do governo consideram que o valor de R\$ 4.300 por ano por aluno é suficiente. Ainda de acordo com ele, seria possível chegar a esse montante com a proposta defendida pelo governo. (Renata Mariz)

Memórias de uma escola

Claudia Costin

À Eaesp, aos colegas e aos professores, minha gratidão, com o profundo desejo de que tempos tristes nunca se repitam

Tive, nesta quarta (18), uma oportunidade muito rica, a de relembrar minha vida como estudante universitária na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, numa entrevista concedida ao CPDOC, que está recompondo a memória institucional da escola. Quase sem preparação emocional, provocada por um entrevistador que tentava extrair de mim as lembranças mais bonitas e dolorosas, vi-me duas vezes tentando conter um choro que insistia em sair junto com as palavras.

Sim, devo muito à Eaesp. Entrei na escola por acaso. Desejava, na verdade, estudar psicologia ou pedagogia para poder trabalhar com educação. No final do ensino médio, seguindo então o curso de humanidades, meu irmão mais velho faleceu num desastre de automóvel, e meu pai me pediu que estudasse administração, para seguir o caminho projetado para o Pedro: sucedê-lo na empresa.

Não me parecia fazer nenhum sentido, mas, ao descobrir que a Fundação Getúlio Vargas oferecia a alternativa de administração pública, resolvi aceitar o pedido de meu pai, sem esclarecer a ele o curso que havia escolhido na escola. Talvez fosse este, afinal, um percurso que me permitiria também me habilitar a transformar o país por meio da educação, embora não entendesse, à época, como.

Gostei imensamente das aulas, muitas delas oferecidas por professores afastados da USP pela ditadura, como o Vilmar Farias, o Celso Antonio Bandeira de Mello, a Vanya Santanna ou o Mauricio Tragtenberg, e ainda mais da solidez dos ensinamentos do Fernando Prestes Motta, que me introduziu a Max Weber. Dois mestres se destacaram na minha formação: o Luiz Carlos Bresser-Pereira, que me apresentou sua visão do subdesenvolvimento modernizante do país e me acompanhou ao longo da minha vida profissional, e o Plínio de Arruda Sampaio, que me fez refletir sobre a urgência de implementar políticas sociais de qualidade.

Mas a lembrança que mais me comoveu, ao rememorar tantos aprendizados e o tempo investido em dar aulas, inicialmente num curso de alfabetização que o centro acadêmico mantinha na escola e, mais tarde, para os alunos da graduação, foi a de meus colegas de curso.

Vivíamos tempos difíceis, e minha atuação pela democracia não sairia ileso. Fui presa em 1977, e meus colegas, muito deles com ideias diferentes das minhas, não se calaram: no estacionamento da rua Itapeva, centenas deles se reuniram e exigiram minha libertação. Poucos dias depois, com alguns arranhões no corpo e na alma, fui solta. À escola e a eles, minha gratidão e o profundo desejo de que tempos tão tristes nunca mais se repitam.

Claudia Costin
Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV, e ex-diretora de educação do Banco Mundial.

Gestão Doria dá cargo a suspeita de ligação com máfia da merenda

Thaiza Pauluze
SÃO PAULO

A Secretaria Estadual da Educação, sob gestão de Rossieli Soares, trouxe de volta para cuidar do programa de alimentação das escolas paulistas Vanessa Alves Vieira, nutricionista exonerada após suspeita de envolvimento na chamada máfia da merenda.

Há cerca de um mês, ela ocupa a cadeira de diretora técnica 2 do Cenut (Centro de Serviços de Nutrição) da pasta, mesma função que exercia à época. Sua nomeação, no entanto, não foi publicada no Diário Oficial do Estado, o que torna a atribuição irregular.

Mesmo sem ocupar formalmente o cargo, a nutricionista foi designada como gestora de um contrato de cerca de R\$ 14 milhões para compra de carne pela secretaria. Na publicação do certame, ela aparecia como diretora —outra irregularidade.

Vieira foi uma das 20 pessoas apontadas na CPI da Merenda da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) como responsáveis por fraudes em contratos de R\$ 13,5 milhões assinados pela Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) com a secretaria da Educação para o fornecimento de suco de laranja da merenda escolar entre 2011 e 2014, no governo Geraldo Alckmin (PSDB).

O esquema funcionava assim: a Coaf supostamente pagava propina a agentes políticos e servidores para ser beneficiada em disputas públicas no estado e em prefeituras. Os contratos fechados tinham preços superfaturados.

A Coaf também fraudava documentos para simular que os produtos eram de origem familiar e não produzidos por médias e grandes produtoras rurais —se valendo assim da lei federal de 2009 que determinou que no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo FNDE

(Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para compra de alimentos fossem gastos com itens produzidos por agricultores familiares.

Na Secretaria da Educação, a diretora do Cenut é a responsável por desde planejar os cardápios e solicitar compras das merendas até autuar, analisar e assinar processos licitatórios, pregões e contratos.

A suspeita levantada pela CPI é de que Vieira, então diretora do Cenut, tenha cometido irregularidades em duas chamadas públicas nas quais a Coaf foi a ganhadora do certame —numa delas, foi a única cooperativa que compareceu à disputa. Ambas tiveram contestação quanto à ausência de preço de referência e de pesquisa de preços.

“Foi a nutricionista quem estabeleceu os termos de referência da chamada pública e o edital estava viciado, dirigido para que a Coaf





ganhasse. Isso permitia a fraude na compra da merenda”, afirmou à Folha o deputado Alencar Santana (PT), membro da CPI à época.

O texto aponta que Vieira, como membro da Comissão de Avaliação e Credenciamento do Departamento de Suprimento Escolar, “concorreu de forma, no mínimo, culposa para que a falsa cooperativa participasse da chamada pública e contratasse com o poder público”.

Em janeiro deste ano, logo após assumir o mandato de governador, João Doria (PSDB) nomeou Rodrigo da Silva Pimenta, que em 2016 admitiu irregularidade na CPI da Merenda, como chefe de gabinete da FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação).

Pimenta também foi citado por fraudes, enquanto era diretor do Departamento de Assistência e Alimentação ao Aluno. Com a nova

posição, ele passou a cuidar de todas as licitações das escolas públicas estaduais, inclusive a de merenda.

Outro acusado à época de supostamente estar envolvido no esquema, o deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez (PSDB), assumiu o comando do Procon de São Paulo a convite de Doria.

Em junho do ano passado, o STF (Supremo Tribunal Federal) trancou a ação penal contra Capez, que era acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na máfia da merenda.

Logo após as denúncias, em 2015, Vieira foi exonerada do cargo de diretora do Cenut. Ela voltou ao cargo de origem, já que é servidora pública concursada (analista administrativa) da Secretaria Estadual da Educação.

Em nota, a pasta afirma que Vanessa Alves Vieira não se tornou ré em nenhum processo judicial por acusações de fraude.

“A CPI teve um relatório final e não há qualquer recomendação que a impeça de exercer cargos públicos”, afirmou a pasta.

Os parlamentares encaminharam à secretaria um pedido para que apurasse a responsabilidade administrativa de cinco servidores, entre eles Vieira e Pimenta.

Sobre a nutricionista estar exercendo o cargo de diretora de forma irregular, por não ter sido nomeada para tal, a secretaria afirmou que “a nomeação não ocorreu por se tratar de um ato do secretário de Estado, que ainda não havia sido comunicado da vinda da servidora para a equipe”.

Vagas de ensino superior a distância ultrapassam as presenciais no país

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados nesta quinta-feira (19), mostram um forte avanço das graduações a distância. O número de cursos aumentou 51% com relação a 2017 e o volume de vagas oferecidas nessa modalidade superou pela primeira vez o número registrado em cursos presenciais.

O ensino superior brasileiro registrou em 2018 um total de 8,45 milhões de matrículas, o que indica um aumento de 2% com relação a 2017. Do total de matrículas, 75% estão em instituições privadas.

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao Ministério da Educação, registrou 3.177 cursos de EAD (educação a distância) em 2018. Eram 2.108 no ano anterior, o que representa um salto de 51%.

Esse cenário impacta no número de vagas oferecidas a cada ano (e que não necessariamente são

ocupadas). Em 2018, os cursos a distância tiveram 7,71 milhões de vagas, contra 6,36 milhões de vagas em graduações presenciais.

É na rede particular que o ensino a distância avança. Dos 6,37 milhões de alunos matriculados na rede privada, 30% estão estudando a distância. Na rede federal, por exemplo, as matrículas não-presenciais representam 7% do total de alunos.

Em maio de 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB), o MEC publicou um decreto que flexibilizou as regras para oferta EAD. Entre os pontos do decreto está uma maior autonomia para a abertura de polos.

Mais de 80% dos alunos de EAD estão matriculados em apenas 20 instituições de ensino. Somente cinco, entretanto, concentram mais da metade dos alunos.

Duas delas (Pitágoras Unopar e Anhanguera) pertencem ao grupo

Kroton. A Unip, Unisselvi e Uninter completam essa lista.

Cursos não presenciais têm sido uma aposta das instituições privadas para expansão das matrículas —além de poder facilitar o acesso do aluno, representam ainda custos menores de operação.

Mas a avaliação de cursos a distância é pior do que a de graduações presenciais. Na última avaliação federal com alunos concluintes do ensino superior, o Enade de 2017, 6,1% dos cursos presenciais tiveram conceito máximo; no ensino a distância, o percentual foi de 2,4%.

Segundo dados apresentados nesta quinta, a taxa de conclusão em 2016 nos cursos a distância é pior do que em cursos presenciais. A taxa fica em 35% no EAD, e 38,6% na modalidade presencial. Esses índices refletem a trajetória dos estudantes ingressantes em 2010.

Pedagogia é o curso maior





número de matrículas EAD. Na rede privada, são 440.628 alunos, 23% do total.

Especialistas apontam que a formação deficiente dos professores é um dos principais gargalos da educação pública e que os cursos a distância não são adequados para isso.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, minimizou as diferenças de qualidade entre as duas modalidades.

"É um debate que a gente tem participado [com o MEC], mas o curso a distancia não é ruim em si, ele pode contribuir para formação do professor", disse ele, em entrevista coletiva em Brasília.

O número de ingressantes no ensino superior aumentou 7% em 2018, na comparação com ano anterior. Ingressaram no ano passado

3,44 milhões de alunos.

Mas há diferenças entre as modalidades. A rede privada teve queda de 6% no número de ingressantes de cursos presenciais, mas alta de 33% no EAD.

Na rede federal, a tendência foi inversa. Houve aumento de 3% no número de ingressantes presenciais, mas queda de 57% em cursos a distância.

Concluíram o ensino superior no ano passado 1,26 milhão de pessoas, 7% a mais do que em 2017.

A taxa de conclusão nas universidades federais é de 40,7% enquanto nas particulares fica em 36,3%. Essa mesma taxa, que leva em conta a trajetória de ingressantes em 2010, é superior no grupo de alunos bolsistas do ProUni (Programa Universidade para

Todos): 56%.

Entre estudantes com Fies (Financiamento Estudantil), a taxa de conclusão é de 53%. Essa taxa foi calculada pelo Inep com base no ano de 2016.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez apenas a abertura do encontro e depois se retirou. "Se a gente reduzisse significativamente essa ineficiência, conseguiríamos dobrar o número de estudantes utilizando os mesmos recursos", disse Weintraub, que também chamou a atenção para os melhores indicadores de alunos financiados.

Entre os estudantes da rede privada, 46,8% contavam com algum financiamento ou bolsa. Desses, 27% têm Fies, 19%, ProUni, e o restante conta com algum outro tipo de apoio.



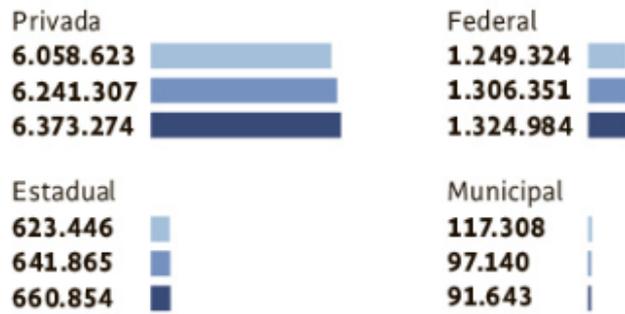


Cursos a distância se expandem

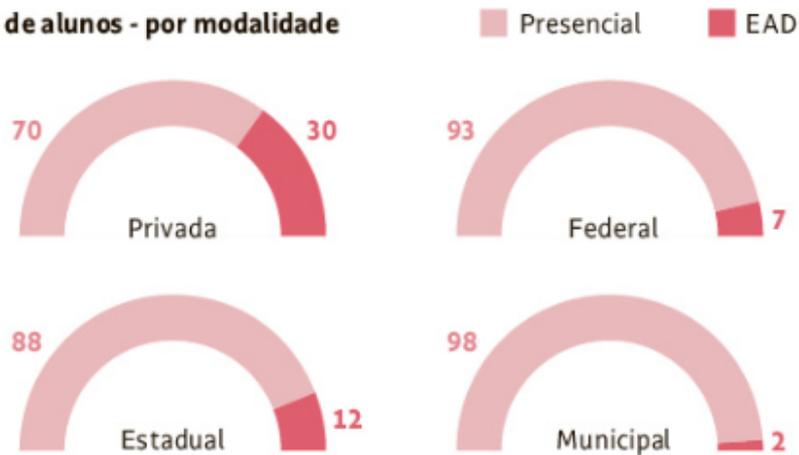
Dados do ensino superior no Brasil



Matrículas - por categoria



% de alunos - por modalidade





Número de Cursos

EAD
2016 **1.662** ■
2017 **2.108** ■
2018 **3.177** ■

Presencial
32.704 ■
33.272 ■
34.785 ■

Vagas
ofertadas
em 2018



Ingressantes - total

Concluintes - total

2016	2.985.644	1.169.449
2017	3.226.249	1.199.769
2018	3.445.935	1.264.288

Fonte: Censo da Educação Superior 2018/Inep

Governo pode mandar texto próprio sobre Fundeb à Câmara

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o governo Jair Bolsonaro (PSL) discorda do texto apresentado na Câmara sobre a renovação do Fundeb, que prevê um salto na complementação da União de 10% para 40%. Segundo Weintraub, o governo estuda encaminhar um texto substitutivo próprio.

“A gente considera que a proposta da professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal”, disse o ministro nesta quinta-feira (19) em entrevista à imprensa. “A gente vai buscar outra solução, estamos abertos ao diálogo.”

Weintraub esteve nesta quinta com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e também já conversou com o chefe da Casa Civil, Onyx Loren-

zoni, para tratar do assunto. O envio de um texto de autoria do governo é uma das opções, segundo o ministro.

O relatório final sobre a renovação do Fundeb foi apresentado nesta quarta (18) na comissão especial que analisa o tema na Câmara pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do texto.

O MEC convocou uma coletiva de imprensa nesta quinta para, segundo Weintraub, deixar claro que o governo não apoia essa proposta.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios, e a complementação da União integra a distribuição entre estados (e respectivos municípios) que não atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno. Apesar de melhorar o cenário geral, ele não foi capaz de eliminar desigualdades.

O fundo é o principal me-

canismo de financiamento à educação básica e vence em 2020. O Congresso analisa sua renovação e caminha para torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição.

O texto da relatoria prevê que a complementação suba dos atuais 10% para 15% em 2021 e depois progrida 2,5 pontos percentuais a cada ano até alcançar 40%. Esse percentual converge com duas propostas que tramitam no Senado e reflete um esforço de aproximar as redações para garantir uma aprovação mais célere.

O Ministério da Educação e a área econômica do governo defendem uma complementação de até 15%, a ser alcançada de forma escalonada, sob o argumento de que esse percentual seria mais realista para as contas públicas. A ideia é que se aumente em um ponto percentual a cada ano.

Ensino a distância triplica e presencial tem menos calouros em sete anos

Lígia Formenti / BRASÍLIA
Isabela Palhares / L.F.

O número de ingressantes em cursos de graduação presencial no País em 2018, 2,07 milhões, foi o menor dos últimos sete anos, mostra o Censo de Educação Superior, divulgado ontem. De cada dez calouros na graduação, quatro foram para o ensino a distância. Desde 2011, a modalidade EAD cresceu mais de três vezes – passando de 431,5 mil ingressantes, em 2011, para 1,37 milhão em 2018.

Preparado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (Inep), o censo deixa clara a concentração do mercado de ensino a distância – apenas 244 instituições privadas ofertam essa modalidade de ensino. Mais de 80% dos estudantes de EAD estão matriculados em 20 instituições – 19 privadas.

E, pela primeira vez, foram ofertadas em 2018 mais vagas de cursos a distância do que na modalidade presencial: 7,1 milhões de vagas EAD, ante 6,3 milhões nos cursos presenciais.

No universo das particulares, Pedagogia concentra o maior percentual de matrículas de cursos a distância, 23,4%. Em seguida, vem Administração e

Contabilidade com, respectivamente, 11,4% e 7%. Na rede federal, os cursos a distância de Pedagogia também são maioria. Eles respondem por 12,9% das matrículas. Em seguida, vem Matemática, com 11,9%. Questionado se isso não aumentaria o risco de professores serem formados sem nunca ter dado uma aula em sala, o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, se amparou nas regras existentes. De acordo com ele, a abertura de cursos cumpre o que é determinado por lei.

O crescimento de cursos a distância ganhou força exatamente graças a uma decisão do governo federal. Em 2017, o MEC publicou uma portaria tornando mais simples as regras para a criação de graduações nessa modalidade. Anteriormente, a abertura de polos estava condicionada a uma vistoria feita por técnicos. Com a mudança, basta que alguns indicadores de qualidade sejam atendidos.

O estudo mostra ainda a expansão do mercado privado no ensino superior. No ano passado, a cada 4 alunos matriculados nos cursos de graduação, apenas 1 estava em uma instituição pública. No período 2017/2018, a rede pública cresceu 1,6%, enquanto a privada, 2,1%. O fenômeno é identificado em todo o País. Em alguns casos, a diferença é muito

marcante. Em São Paulo, por exemplo, são 4,6 alunos na rede pública para cada aluno na rede privada, quando se consideram os cursos presenciais. Em todo o País, só Roraima apresenta mais matrículas na rede pública. Educação superior. De cada dez calouros na graduação, quatro foram para o EAD, que apresenta ampla concentração de mercado, com mais de 80% dos matriculados em apenas 20 instituições – 19 delas privadas. Mudança em regra para abrir polo impulsionou setor

Ressalvas. O fenômeno da expansão de cursos de graduação a distância é visto de diferentes formas pelos especialistas. Parte tem ressalvas sobre a qualidade da modalidade a distância, pela dificuldade de acompanhar alunos, interagir com colegas e professores e ofertar atividades práticas. Outro problema apontado é o nível maior de desistência nas graduações EAD.

Para Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), porém, “uma modalidade de ampla aceitação mundial está expandindo”. “Esse avanço do EAD vem acontecendo por motivos econômicos e financeiros, mas também por uma mudança da sociedade, que passa





a aceitar melhor a educação mediada por tecnologias, além do alcance das pequenas e médias cidades, que a abertura de polos EAD abrange.”

Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação, ainda considera preocupante o avanço da participação de cursos a distância em Pedagogia e nas licenciaturas. “É como acontece com Medicina. Ninguém avalia ter um médico que recebeu apenas conhecimentos teóricos”, compara. Ele acredita que o fato de graduações voltadas

à docência serem agora majoritárias na modalidade de cursos a distância certamente poderá comprometer a qualidade do profissional. “Não se trata apenas de alguns indicadores. O professor precisa, para além do teórico, saber transmitir os ensinamentos aos alunos.”

Resultado. A alternativa encontrada pelas instituições teve boa adesão. Os resultados estão estampados no Censo de Educação Superior, divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep). Em 2018, o equivalente a 46,8% dos alunos da rede privada de ensino superior tinham algum tipo de financiamento para pagar as mensalidades. Em 2009, o universo era bem mais acanhado: 23% dos estudantes.

Do total dos estudantes que hoje recebe financiamento, 27% recebem Fies, 19%, o Prouni, e 54%, outras formas de financiamento. Em 2018, 1,6 milhão de estudantes estava matriculado com essa forma de financiamento.

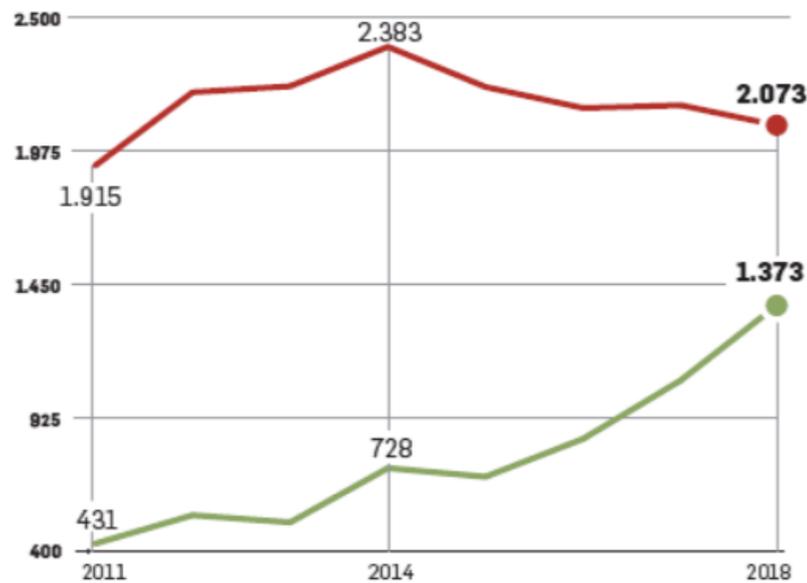
MODALIDADES

● Cursos presenciais têm o menor número de ingressantes em sete anos

EM MILHARES DE MATRÍCULAS

■ PRESENCIAL

■ DISTÂNCIA



FONTE: CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INFOGRÁFICO/ESTADÃO





Desistência supera 50% e só 1/3 conclui no prazo previsto

● O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chamou a atenção para as altas taxa de abandono dos cursos de ensino superior. Antes de os dados serem apresentados, ele observou que as taxas de desistência superam os 50% no País. São alunos que ingressam, mas não completam o curso. “A conclusão é óbvia. Se a gente reduzisse significativamente essa deficiência, a gente conseguiria dobrar o ensino superior”, afirmou.

Instituições privadas são as campeãs de desistência. Dados do censo mostram que 59,9% dos alunos desistiram do curso. Em seguida, vêm alunos das

universidades federais (com 47,6% de desistência) e das estaduais (com 41,9%).

Há também atrasos. De acordo com o censo, 33% dos alunos matriculados concluem o curso no tempo que seria inicialmente programado para a graduação. Esse desempenho é um pouco superior do que o apresentado por Portugal (29%), Holanda (28%) e Áustria (26%), mas muito inferior, por exemplo, ao que é apresentado no Reino Unido, onde a taxa de conclusão é de 72%. Nos Estados Unidos, a taxa é de 38%.

De acordo com o censo, 19,6% das pessoas com 25 a 34 anos no Brasil têm educação superior. Um desempenho melhor do que o apresentado por faixas etárias mais altas. Entre 55 a 64 anos, 13,7% têm educação superior. / L.F. e I.P.

Financiamento pela rede privada avança

Três em cada quatro alunos matriculados em cursos de ensino superior estão na rede privada. A expansão do setor, que ganhou fôlego a partir dos anos 2000 graças a programas como Fies e Prouni, hoje está atrelada a outra forma de financiamento: a realizada pelas próprias instituições de ensino.

Depois da readequação do Fies e da consequente redução de financiamentos por ele ofertados, a partir de 2018, entidades passaram a buscar alternativas para garantir um bom número de estudantes em suas instituições. “Pesquisas mostravam que alunos tinham receio, por exemplo, de fazer empréstimos em bancos”, conta o diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo (Semesp),

Rodrigo Capelato.

As pesquisas também indicavam que alunos confiavam em alternativas criadas pelos próprios institutos. Como instituições não podem cobrar juros, as prestações são indexadas de acordo com a mensalidade da faculdade.

Se uma mensalidade custa R\$ 1 mil, por exemplo, o estudante se compromete a pagar prestações mais baratas. O desconto é cobrado depois, quando ele se forma. Mas aí, se o valor da mensalidade subiu, ele pagará o valor proporcional. Se o desconto for de 50% e mensalidades são de R\$ 500, ele passa a pagar, depois de formado, metade do valor da mensalidade vigente. “Se o valor subiu para R\$ 1.200, ele pagará R\$ 600.”

MEC não apoia proposta que prevê 40% de recursos da União ao Fundeb

Camila Turtelli / BRASÍLIA
TIAGO QUEIROZ /
ESTADÃO -8/8/2019

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que não apoiará, no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, da deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), para o novo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Como mostrou ao Estado, a parlamentar, relatora do tema na Câmara dos Deputados, defende que o Fundeb seja permanente – pela legislação atual, o fundo deve ser extinto em dezembro de 2020 –, além do aumento da participação da União, dos atuais 10%, para 40% no longo prazo. “Consideramos que a proposta da Professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal, vamos buscar outra solução”, disse o ministro.

O Ministério da Educação quer aumentar esse percentual para 15% de forma gradativa e atrelar esse incremento a cláusulas de desempenho dos governos beneficiados. O Ministério da Economia afirmou, por meio de nota, que apoia o aumento da parte da União no Fundeb para 15%, desde que a fonte dos recursos sejam os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda ontem, Weintraub se

reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O chefe da Educação disse que os dois ministérios estão alinhados e trabalham juntos para elaborar uma proposta. “Sempre trabalhamos unidos”, disse.

Weintraub afirmou que o governo pode agora enviar um texto próprio ao Congresso para manter o programa e que, inclusive, já chegou a conversar com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o assunto.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional 53, de 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O Estadão/Broadcast mostrou na quinta-feira que a equipe econômica acompanha com apreensão o relatório da PEC 15. Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

Impacto. Durante a apresentação do relatório na quarta-feira, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União

em dez anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

Para chegar aos 40%, a proposta de Dorinha prevê que novas fontes de arrecadação sejam destinadas ao Fundeb. A lista inclui 75% de tudo que União, Estados, municípios e Distrito Federal arrecadarem em royalties de extração mineral – inclusive, petróleo e gás.

Segundo Weintraub, o governo federal discorda dessa possibilidade. O MEC se baseia em estudos que estabelecem investimento mínimo de R\$ 4,3 mil por aluno, por ano, e diz que os 15% de verbas federais são suficientes. “A previsão do preço do petróleo é muito volátil. Quando ela introduz critérios como esse, e ainda dá um exponencial de trazer 40% em vez de 15%, ela aumenta essa volatilidade, trazendo mais instabilidade. Tecnicamente, foi uma surpresa e a gente está retirando o apoio.”

O Fundeb é composto por recursos das administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC.

Ensino a distância tem mais vagas que presencial

O ensino superior na modalidade de educação a distância (EaD) oferece, pela primeira vez, mais vagas do que o ensino presencial, segundo dados do Censo da Educação Superior 2018, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O levantamento mostra que, ao todo, foram oferecidas 13,5 milhões de vagas, no ano passado, para educação superior no Brasil — 7,1 milhões para cursos a distância e 6,4 milhões para graduações presenciais.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a expansão do ensino a distância é uma tendência mundial. “Isso só tende a se consolidar”, afirmou. Apesar disso, os cursos presenciais ainda tiveram mais alunos novos matriculados em 2018. Houve 2 milhões de matrículas na modalidade presencial e 1,3 milhão em cursos EaD. A educação tradicional também lidera em número de cursos e de alunos que concluem a formação.

A professora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV),



explica que o aumento de vagas na modalidade a distância é reflexo de mudanças sociais e tecnológicas. “Com o avanço da tecnologia, é natural que haja essa expansão. Mas, são precisos a tutoria adequada e a definição de padrões de qualidade”, alerta. “É necessário acompanhamento permanente, conexão com os alunos e comunidades virtuais que funcionem bem. O ideal seria a educação semipresencial, pois seria possível avaliar o progresso do aluno e continuar sendo flexível.” O curso a distância mais procurado, tanto em universidades privadas quanto públicas, é o de pedagogia

O censo mostrou ainda que a oferta de vagas de ensino superior é maior nas instituições privadas — cerca de 12 milhões, contra 835 mil nas públicas. De acordo com Carlos Moreno, da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Inep, existem 2,5 mil universidades e faculdades privadas, o que representa 75% da rede.

Em relação à modalidade EaD, o setor privado também prevalece, com 7 milhões de vagas. Já o setor público detém apenas 113,1 mil. Segundo Cláudia Costin, as faculdades privadas têm maior oferta porque são voltadas para o adulto que trabalha — e que prefere administrar a rotina e

aproveitar o tempo em casa. Conforme os dados do censo, apenas cinco instituições particulares concentram mais de 50% dos alunos que cursam EaD.

A vendedora Renata Martins, 25, estuda marketing digital a distância no Centro Universitário Iesb. Ela conta que escolheu a modalidade devido à facilidade de poder montar o próprio horário e à mensalidade mais barata. “A qualidade de ensino é equivalente à do curso presencial. E ainda posso estudar em casa, sem atrapalhar a rotina de trabalho”, diz.

A estudante Yasmin Reis, 20, escolheu cursar administração EaD na Faculdade Anhanguera como segunda graduação — ela também faz educação física na Universidade de Brasília (UnB). Yasmin afirma que o ensino a distância é uma boa opção para quem deseja flexibilidade e comodidade, mas não considera a qualidade melhor que a do presencial. “Durante as videoaulas





surtem questionamentos e dificuldades. Infelizmente, não tem ninguém para ajudar de imediato, como em uma sala de aula”, relata. Além disso, para Yasmin, existe um “deficit de conhecimento no que diz respeito à prática”. “Recomendo se a pessoa não tiver outra forma de estudar, mas não como primeira opção”.

* Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo

Veto a PEC do Fundeb

O governo retirou o apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), que aumenta de 10% para 40% a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o Executivo deve enviar ao Congresso proposta que prevê aumento para 15%. Para o ministro, a PEC da deputada “fere o equilíbrio fiscal, não é solvente a longo prazo e apresenta erros técnicos”.

>> Compare

Estatísticas da educação superior por modalidade de ensino — Brasil 2018

	A distância	Presencial
Cursos	3.177	34.785
Vagas	7.170.567	6.358.534
Ingressantes	1.373.321	2.072.614
Matrículas	2.056.511	6.394.244
Concluintes	273.873	990.415

Fonte: Censo da Educação Superior 2018

Psicologia e assistência nas escolas

É sabido que, na atualidade, as escolas de modo geral e as públicas em particular experimentam um crescente conjunto de problemas de ordem social que decorrem de diversos fatores, ligados não só aos novos modelos de família impostos por uma sociedade em rápida transformação, mas, sobretudo, às péssimas condições de vida enfrentadas por essas famílias. Hoje, não só os pais, mas as mães também necessitam trabalhar fora de casa, para a complementação de renda. Com isso, os casais se veem obrigados ou a ceder parte da educação dos filhos a terceiros, como parentes, creches e outros tutores, ou simplesmente deixá-los entregues à própria sorte.

Nos países subdesenvolvidos, essa nova realidade, somada as questões típicas enfrentadas pelas populações de baixa renda, aguçam ainda mais os problemas vividos pela parentela, criando uma espécie de círculo vicioso em que a má distribuição de renda, a precariedade dos serviços públicos, de moradia e a baixa escolaridade afetam negativamente o desenvolvimento de muitas famílias.

Não é segredo para ninguém, muito menos para o governo, que essas famílias são obrigadas hoje a empreender esforços sobrenaturais para educar seus filhos. Dessa forma, as questões sociais complexas e desvantajosas para a maioria dessas comunidades carentes, acabam, de alguma forma, adentrando as escolas,

obrigando esses estabelecimentos a abrir espaços de entendimento para essa temática, de modo a permitir o andamento do processo educativo em consonância com essa nova realidade.

Embora a maioria dos problemas vividos por essas comunidades não possam ser resolvidos e sanados no âmbito escolar, é certo que seus reflexos nefastos também se fazem presentes em sala de aula. Violência contra alunos e professores, evasão escolar, reprovações bem como a deterioração material e humana do ambiente das escolas é hoje uma realidade.

De alguma forma, esse mundo distópico e instável que vai cercando, cada vez mais, as escolas públicas nas periferias pobres de todo o país, induz efeitos diretos no comportamento e na psique geral dos alunos, contribuindo negativamente para o desempenho escolar. Para os especialistas, nessas questões, muitas escolas públicas trabalham no limite de suas possibilidades, com professores, servidores e alunos convivendo com o medo e a insegurança diária.

Enquanto providências de ordem macroestrutural não chegam, o jeito é ir encontrando saídas para contornar a crise. O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados (PL 3.688/2000) obriga as escolas da rede pública de educação básica a disponibilizar para os alunos os serviços de uma equipe multiprofissional de psicólogos e de assistentes sociais para desenvolver ações com a comunidade, a fim de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Pelo projeto, os sistemas de ensino terão até um ano para providenciar o cumprimento

dessa norma que aguarda apenas sanção do Executivo.

A frase que foi pronunciada “Nada me o abismo deu ou o céu mostrou. Só o vento volta onde estou toda e só, E tudo dorme no confuso mundo.”

Fernando Pessoa, poeta português

General Mourão

» Perguntado sobre o que os políticos podem aprender com os militares, o general Mourão respondeu: “Lealdade, camaradagem e amor à Pátria. Sacrificar seus interesses pessoais em favor do país e aprender a administrar.” A segunda pergunta foi sobre o que os militares podem aprender com os políticos. “A tolerância. Como dizia Ulysses Guimarães, “em política até a raiva é combinada”.

Todos juntos

» Está combinado. Se o posto de gasolina passou dos limites na cobrança do litro de combustível, é só pedir a nota fiscal e denunciar na ANP. Parece que está dando resultado.

Estética

» Eder Alencar, André Velloso e Luciana Saboia da ArqBR Arquitetura Urbanística são os autores da bela igreja Sagrada Família no Park Way. Que fique o registro.

Mobilização

» Sindicato dos Jornalistas do DF em franca campanha de eleições. Só há uma chapa.





Crimes&Roçados

» Aos poucos a fumaça das queimadas na Amazônia vão se dissipando. Uma declaração daqui, outra dali e a verdade sobre os fatos começa a ser mostrada.

Terrível

» Vindos da L4 Norte para chegar à PGR, na altura da entrada do Eixo Monumental, os motoristas não conseguem enxergar as faixas do asfalto. Dirigem por braile. Volta e meia há batidas por ali.

Missão

» Apesar do olhar longínquo e do semblante triste, o senador Tasso Jereissati obteve êxito na apresentação do relatório da reforma da Previdência. Vários senadores pediram a palavra para enaltecer o espírito público da condução das discussões sobre a matéria.

História de Brasília

Aqui já há reivindicações, os sindicatos já controlam os candangos, mas o que todo o mundo quer, mesmo, é voto.

(Publicado em 30/11/1961)

O grande salto dos cursos a distância

Em 2018, modalidade ofertou 7,71 milhões de vagas, contra 6,36 milhões nas graduações presenciais

Dados do Censo da Educação Superior de 2018, divulgados ontem, mostram um forte avanço das graduações a distância. O número de cursos aumentou 51% com relação a 2017 e o volume de vagas oferecidas nessa modalidade superou pela primeira vez o número registrado em cursos presenciais.

O ensino superior brasileiro registrou em 2018 um total de 8,45 milhões de matrículas, o que indica um aumento de 2% com relação a 2017. Do total de matrículas, 75% estão em instituições privadas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação, registrou 3.177 cursos de EAD (educação a distância) em 2018. Eram 2.108 no ano anterior, o que representa um salto de 51%.

Esse cenário impacta no número de vagas oferecidas a cada ano (e que não necessariamente são ocupadas). Em 2018, os cursos a distância tiveram 7,71 milhões de vagas, contra 6,36 milhões de vagas em

graduações presenciais.

É na rede particular que o ensino a distância avança. Dos 6,37 milhões de alunos matriculados na rede privada, 30% estudam a distância. Na rede federal, por exemplo, as matrículas não-presenciais representam 7% do total de alunos.

Em maio de 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB), o MEC publicou um decreto que flexibilizou as regras para oferta EAD. Entre os pontos do decreto está uma maior autonomia para a abertura de polos.

Desvantagens

Mais de 80% dos alunos de EAD estão matriculados em apenas 20 instituições de ensino. Somente cinco, entretanto, concentram mais da metade dos alunos.

Duas delas (Pitágoras Unopar e Anhanguera) pertencem ao grupo Kroton. A Unip, Unisselvi e Uninter completam essa lista.

Cursos não presenciais têm sido uma aposta das instituições privadas para expansão das matrículas-

além de poder facilitar o acesso do aluno, representarem ainda custos menores de operação.

Mas a avaliação de cursos a distância é pior do que a de graduações presenciais. Na última avaliação federal com alunos concluintes do ensino superior, o Enade de 2017, 6,1% dos cursos presenciais tiveram conceito máximo; no ensino a distância, o percentual foi de 2,4%.

Segundo dados apresentados ontem, a taxa de conclusão em 2016 nos cursos a distância é pior do que em cursos presenciais. A taxa fica em 35% no EAD, e 38,6% na modalidade presencial. Esses índices refletem a trajetória dos estudantes ingressantes em 2010.

Pedagogia é o curso maior número de matrículas EAD. Na rede privada, são 440.628 alunos, 23% do total. Especialistas apontam que a formação deficiente dos professores é um dos principais gargalos da educação pública e que os cursos a distância não são adequados para isso.





MEC registrou 3.177 cursos de EAD em 2018, uma alta de 51% sobre 2017

SAIBA MAIS

» O presidente do Inep, Alexandre Lopes, minimizou as diferenças de qualidade entre os cursos. "O curso a distância não é ruim em si, ele pode contribuir para formação do professor", disse. O número de ingressantes no ensino superior aumentou 7% em 2018, na comparação com ano anterior. Ingressaram no ano passado 3,44 milhões de alunos. Mas há diferenças entre as modalidades. A rede privada teve queda de 6% no número de ingressantes de cursos presenciais, mas alta de 33% no EAD. Na rede federal, a tendência foi inversa. Houve aumento de 3% no número de ingressantes presenciais, mas queda de 57% em cursos a distância.



Oferta de vagas em ensino superior a distância é maior que presencial

É o que revela Censo da Educação Superior divulgado hoje

Por Ana Cristina Campos –
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Censo da Educação Superior divulgado hoje (19) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC) mostra que, pela primeira vez, a oferta de vagas nos cursos de graduação na modalidade educação a distância (EaD) é maior que a do ensino presencial.

Em 2018, foram ofertadas 7,1 milhões de vagas nos cursos de educação a distância e 6,3 milhões em cursos presenciais. O número de cursos EaD cresceu 50% em um ano, passando de 2.108 em 2017 para 3.177 em 2018.

Apesar da maior oferta de vagas em cursos a distância, os cursos presenciais ainda tiveram mais alunos novos matriculados em 2018. Houve 2 milhões de matrículas na modalidade presencial e 1,3 milhão em cursos EaD.

O Inep destaca que o número de ingressos nos cursos de graduação a distância tem crescido significativamente nos últimos anos, dobrando sua participação no total de novos alunos, de 20% em 2008 para 40% em 2018. Nos últimos cinco anos, segundo o instituto, os ingressos nos cursos presenciais diminuiriam 13%.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a maior oferta de vagas no ensino a distância em relação ao presencial é uma “tendência nacional e mundial”. “Isso só tende a se consolidar”, afirmou.

Desistências

Dados do Censo da Educação Superior apontam que, dos estudantes que entraram em 2010, 56,8% desistiram do curso e apenas 37,9% concluíram os estudos. Outros 5,3% continuavam na graduação seis anos depois do início do curso.

“Qualquer atividade econômica – e o ensino é uma atividade econômica – tem que ter critérios de eficiência. E o Brasil é muito ineficiente. Mais da metade dos ingressantes desiste ao longo do curso, sendo também que há um elevado grau de pessoas que ficam muito mais tempo necessário para concluir o curso”, disse o ministro.

E acrescentou: “Se a gente reduzisse significativamente essa ineficiência, a gente conseguiria dobrar o número de pessoas com ensino superior completo no Brasil, utilizando os mesmos





recursos atualmente disponíveis".

Segundo o MEC, o Brasil tem 8,4 milhões de estudantes de graduação matriculados em instituições de ensino superior, 20% deles em universidades públicas.

“Um total de 3,4 milhões de estudantes ingressou em cursos de graduação em 2018. No mesmo ano, 1,2 milhão de estudantes concluíram a educação superior. As informações do censo foram coletadas em 2.537 instituições, 2.238 delas privadas. Neste grupo, estão matriculados 75% dos estudantes, cerca de 6,3 milhões de alunos”, informou o ministério.



MEC posiciona-se contrário à proposta do novo Fundeb

Ministério defende ampliação da participação da União para 15%

Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Brasília

O Ministério da Educação (MEC) posicionou-se contrário à proposta apresentada hoje (19) pela deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). “A gente não concorda. A gente considera uma proposta que fere o equilíbrio fiscal. Ela não é solvente no longo prazo e a gente vai buscar uma outra solução”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em coletiva de imprensa. O ministro disse também que o governo é favorável à manutenção do Fundeb.

Um dos pontos centrais da proposta apresentada pela deputada é a ampliação da participação da União até chegar a 40% do valor do fundo em 2031. Desde 2010, a União contribui com 10%, dinheiro que é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno. Neste ano, essa participação representou R\$ 14,3 bilhões.

De acordo com Weintraub, o governo federal defende a ampliação da participação da União para 15%. O governo propõe que a contribuição da União aumente em uma escala progressiva de 1 ponto percentual por ano até o percentual de 15%, partindo do percentual mínimo de 10% no primeiro ano de vigência do novo fundo.

Pela proposta do governo, o novo Fundeb passa a vigorar em 2021 e, em 2022, a União complementarará o montante

com o equivalente a 11% do fundo. O valor máximo de 15% será atingido em 2026.

De acordo com o ministro da Educação, o governo busca agora alternativas, que vão desde o diálogo com o Congresso ao envio ao Parlamento de uma proposta do Executivo. O MEC participou, no início desta tarde, de reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar da questão. “Estamos abertos ao diálogo com o parlamento, respeitamos o parlamento”, disse Weintraub.

Tramitação

A minuta apresentada nesta quinta-feira pela deputada federal sofrerá ajustes a partir de sugestões feitas pelos deputados. A Professora Dorinha, que é relatora da proposta na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 15/15, vai consolidar um substitutivo, que será votado na comissão.





Caso aprovada, a PEC segue para votação no plenário da Casa. A proposta precisa ser aprovada em dois turnos de votação. Após a tramitação na Câmara, a proposta precisa ainda ser analisada pelo Senado Federal.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam também no Senado (PEC 33/2019 e PEC 65/2019). O objetivo da Professora Dorinha é chegar a textos próximos, por meio de conversa com senadores, para apressar a aprovação no Congresso Nacional.

Fundeb

O Fundeb é composto por recursos arrecadados por estados e municípios, além de uma complementação feita pela União. O fundo é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), equivale a 63% de tudo o que é investido nas escolas públicas do Brasil.

O dinheiro é usado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, como a construção de quadras de esportes, reforma de instalações físicas, aquisição de carteiras, computadores, televisores e outros equipamentos, entre outras ações.

O fundo está, no entanto, com os dias contados. Caso não seja renovado, deixa de existir no final de 2020. Para que isso não ocorra, três propostas de emenda à Constituição (PECs) que tornam o Fundeb permanente tramitam no Congresso Nacional.